

**PESQUISA NA
AMAZÔNIA: notas
históricas para
a produção de
conhecimento
comunicacional**

RESEARCH IN THE AMAZON:
historical notes for
the production of communicational
knowledge

INVESTIGACIÓN EN LA AMAZONIA:
notas históricas para
la producción de conocimiento
comunicacional

Sandro Adalberto Colferai^{1, 2}

RESUMO

O artigo discute uma postura de pesquisa que dê conta das particularidades naturais e sociais da Amazônia. As inferências exploram a concepção de ciência moderna e posturas científicas que possam dar conta das particularidades dos objetos de estudo. Por esta abordagem é necessário superar as ideias que concebem a América Latina, e a Amazônia em particular, como periferias

¹ Doutor em Sociedade e Cultura, mestre em Comunicação Social, graduado em Letras. Professor do curso de Jornalismo (UNIR/Vilhena), e do PPGCimes (Nitae²/UFPA). E-mail: sandro.colferai@unir.br.

²Endereço de contato do autor (por correio): Dejour – Departamento de Jornalismo, Campus de Vilhena da Universidade Federal de Rondônia. Rua Rotary Club, s/n, Jardim Social, Vilhena-Rondônia-Brasil. CEP 76.995-000.

fadadas ao consumo de teoria e não à sua produção. Ao cabo é apresentada a percepção de que há a necessidade de assumir uma postura inventiva para dar conta do fazer pesquisa diante das mais diferentes realidades que se configuram na região.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência; Comunicação; Periferia; Amazônia; invenção.

ABSTRACT

The article discusses a research position that takes into account the natural and social particularities of the Amazon. Inferences explore the conception of modern science and scientific positions that can account for the particularities of the objects of study. By this approach it is necessary to overcome the ideas that conceive Latin America, and the Amazon in particular, as peripheries doomed to the consumption of theory and not to its production. In the end, the perception is presented that there is a need to take an inventive stance to account for doing research in the face of the most different realities that are configured in the region.

KEYWORDS: Science; Communication; Periphery; Amazônia; invention.

RESUMEN

El artículo discute una postura de investigación que dé cuenta de las particularidades naturales y sociales de la Amazonia. Las inferencias exploran la concepción de la ciencia moderna y las posturas científicas que puedan dar cuenta de las particularidades de los objetos de estudio. Por este enfoque es necesario superar las ideas que concibe a América Latina, y la Amazonia en particular, como periferias fadadas al consumo de teoría y no a su producción. Al cabo se presenta la percepción de que hay la necesidad de asumir una postura inventiva para dar cuenta de hacer investigación ante las más diferentes realidades que se configuran en la región.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 5, n. 2, Abr-Jun. 2019

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n2p153>

PALABRAS CLAVE: Ciencia; Comunicación; periferia; Amazonia; invención.

Recebido em: 06.01.2019. Aceito em: 05.03.2019. Publicado em: 01.04.2019.

Introdução

A motivação para a discussão que empreendo neste artigo surge a partir de uma questão, necessária para a produção de conhecimentos científicos em regiões tidas como periféricas, distantes dos lugares reconhecidos como capazes de gerar tal conhecimento: o que de original pode a Amazônia apresentar para a pesquisa em Comunicação? Esta é a questão de fundo ao propor uma cartografia crítica dos estudos em Comunicação na Amazônia brasileira, e sobre esta região. Etapa necessária para este empreendimento é tentar entender os processos que trouxeram a região até o estágio atual de produção de conhecimentos científicos, consideradas todas as áreas do conhecimento, e não apenas a Comunicação. Assim, por mais que não se discuta de modo estrito o campo da Comunicação, é para atuar nele e a partir dele que apresento esta discussão.

O que se apresenta aqui são as percepções a partir das quais acreditamos ser possível se lançar ao trabalho científico criativo, inventivo, em que seja possível superar posições apriorísticas desde as quais se espera apresentar uma tradução da Amazônia e das condições que há nesta região para a produção de conhecimento. Esta busca – em que pesem as dificuldades materiais de realizar pesquisa na Amazônia – implica o questionamento aos arcabouços científicos que nos chegam, e a procura por uma postura amazônida para a pesquisa.

Crise dos paradigmas modernos

A concepção moderna de produção de conhecimento científico é devedora da separação entre ciência e filosofia que se deu ao longo dos séculos XVII e XVIII, como consequência dos avanços alcançados especialmente pela

mecânica celeste³. A partir deste período as delimitações entre o conhecimento físico e o metafísico passaram a ser colocadas como fundamentais para o trabalho científico a partir do século seguinte. Nos anos 1900 o conceito de ciência já estava associado às ciências naturais, principalmente em função de sua mais clara definição do objeto, enquanto ao conhecimento genericamente conhecido como filosófico sequer havia um consenso de nomenclatura, sendo tomado como artes, belas-artes ou cultura. Com isso este conhecimento foi progressivamente sendo posto como uma alternativa ao conhecimento científico, mas sem coesão interna e sem legitimidade científica devido à sua suposta incapacidade de alcançar resultados práticos (WALLERSTEIN, *et al.*, 1996). A ideia de ciência passa a ser diretamente ligada à de exatidão, o que por sua vez se ligava à técnica, como é o caso dos fenômenos da mecânica celeste, que alcançou grande aperfeiçoamento com Isaac Newton, ou mesmo no campo da biologia, com as descobertas de novas espécies, o que levaria à Teoria da Evolução das Espécies, proposta por Charles Darwin já no século XIX.

Das tentativas de habilitar uma ciência social – como a proposição da física social de August Comte⁴ – o que houve foi a diversificação intelectual que fez surgir diferentes disciplinas. Tratou-se de um processo nada linear, e nada simples, mas é possível identificar nesta fase um cânone, de que Maquiavel,

³Neste período acontecer a passagem da visão geocêntrica (ptolomaica), que colocava a Terra como centro do Universo, para a heliocêntrica (copernicana), que desloca esta centralidade para o Sol. Ponto fundamental da revolução que significou esta mudança foi a Lei Universal da Gravitação, de Isaac Newton, que mostrava serem a mesma coisa a física terrestre e a física celeste. Uma vez que o homem se mostrava capaz de elaborar leis universais sobre a natureza através do trabalho experimental e empírico, tornaram-se maiores os questionamentos feitos à filosofia, exigindo desta “parâmetros verificáveis” (FEYERABEND, 2011).

⁴A “ciência social”, que para alcançar o estatuto de ciência buscava, nos moldes da física, procurava estabelecer leis universais para a sociedade, e esta pretensão culmina com a proposição de uma “física social”, expressão já usada por filósofos setecentistas e que August Comte faz renascer no século XIX (WALLERSTEIN, 1996).

Bodin, Petty e Grócio, são exemplares, assim como aqueles que vem à luz no princípio do século XIX, caso, por exemplo, de Malthus, Tocqueville e Fichte (WALLERSTEIN, 1996, p. 28).

Neste processo o estudo das sociedades, e as várias disciplinas em que já se dividia no século XIX, parece surgir como uma terceira via entre as Ciências Naturais e a Literatura. Esta última parecia estar definitivamente apartada dos conhecimentos produzidos a partir dos critérios científicos consagrados. A mudança de cenário se dá após a Segunda Guerra Mundial⁵. O surgimento dos Estados Unidos como superpotência mundial e a afirmação dos povos não-europeus levou a novos pressupostos. A consequência foi a possibilidade de intromissão recíproca entre cientistas de diferentes lugares e áreas, e a progressiva superação da necessidade de legitimações disciplinares estanques. O advento da Guerra Fria, aliado à disponibilidade de recursos financeiros, levou a novos investimentos na pesquisa científica, o que se estendeu às ciências sociais. O resultado para este campo foi a circulação de saberes, ao mesmo tempo em que havia uma maior preocupação com – até certo ponto paradoxal – sua cientificação, nos moldes das ciências físicas.

O princípio de uma reconciliação entre as formas de conhecer, em meados do século XX, acontece no momento em que o centro de poder ocidental se desloca para a América do Norte, ao mesmo tempo em que regiões da África,

⁵Como aponta Wallerstein (1996), isso se deve primordialmente a três fatores, que se constituem em problemas para as ciências sociais tal como se organizavam até o final da década de 1940: *a nova realidade geopolítica*, com o surgimento dos Estados Unidos com esmagador poder econômico, polarização das políticas globais a partir de duas potências mundiais, e a presença de povos não europeus como agentes históricos; *o aumento da população* e, em todas as escalas, das atividades humanas, proporcionadas pelo aumento da produção de alimentos; e *a expansão em quantidade e espacial do ensino universitário*, o que faz crescer o número de cientistas sociais profissionais.

da Ásia e das Américas, postas sob o domínio político europeu, ganham voz e passam a ser reconhecidas como protagonistas social, política e culturalmente. Isso leva a novas abordagens conceituais de *identidade* e *poder*, que são chave para as ciências sociais. Trata-se de aproximações com tradições não-ocidentais, como Budismo, o Taoísmo, o Confucionismo, e mesmo em manifestações presentes nas Américas, na África, e na Oceania, além dos encontros de culturas que originaram tradições híbridas, com as encontradas em grupo afrobrasileiros, por exemplo.

Dois fatores fizeram diminuir a distâncias entre as “duas culturas”, tal como caracterizadas por Snow (1993): a orientação nomotética da aplicação dos princípios newtonianos às ciências sociais, predominantes até a década de 1940, que se mostravam cada vez menos eficazes para dar conta dos fenômenos investigados; e a disposição, nas ciências naturais, de substituir preceitos lineares por não-lineares, a simplificação pela complexidade, e assumir a impossibilidade de separar medidor e medição, e até mesmo reconhecimentos da superioridade de modelos qualitativos sobre quantitativos. Com isso “[...] as ciências naturais começaram a parecer-se mais com aquilo que tinha sido desdenhosamente apelidado de ciências moles (*soft*) do que com as apregoadas ciências sociais duras (*hard*)” (WALLERSTEIN, 1996, p. 91).

Os domínios deixaram de ser rigidamente apartados. Agora se estava tratando de um mundo complexo, instável e que não poderia ser descrito com leis universais. Era preciso conceber a implicação do social na natureza, esta criativa, e a presença do natural na sociedade sem, no entanto, entender a sociedade como algo mecânico. A partir daí as explicações científicas passariam a apresentar hipóteses, muito mais do que certezas.

O que se vislumbra agora, nas palavras de Souza Santos, é uma revolução científica “[...] que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente)” (SOUZA SANTOS, 1995, p. 37). Um conjunto relativamente extenso de fatores torna claro que a produção de conhecimentos não se prende mais a uma concepção fixa e acrítica do mundo. Para isso deve ser considerado o papel das instituições, sejam as de pesquisa ou as de financiamento, na legitimação das ciências e das suas verdades, e o quanto influenciaram no fechamento e na posterior abertura das ciências sociais. Trata-se de organismos que se orientam por políticas que em algum nível se ligam, ainda, aos Estados em que estão instaladas. Desta forma é evidente que o conhecimento se move pela discussão epistemológica e pela motivação em realizar descobertas, mas também pelas demandas imediatas das sociedades em que estão inseridas, e os desejos dos indivíduos que as compõem (FEYERABEND, 2011).

À queda dos muros entre as formas de saber segue-se a ideia de tornar legítimos os conhecimentos que não se inscrevem sob a rubrica científica: o senso comum, as práticas milenares, as tradições que não encontraram abrigo na ciência ocidental, mas que orientam as ações de mais da metade da humanidade. Trata-se, de um momento de questionamentos – autoquestionamentos – da ciência, das maneiras de reconhecer o conhecimento científico. A complexidade que se impõe agora necessita de um pensamento que seja também complexo, capaz de agregar e não separar (MORIN, 2011, p. 6). Não se trata então de uma ruptura, mas de aproximação, agregação, e

principalmente uma mudança de atitude frente ao próprio conhecimento e à maneira como deve ser produzido.

Ciência na periferia da periferia

A Amazônia, desde o processo de independência do Brasil de Portugal e nas condições em que se deram a adesão da Amazônia à secessão, há condições que colocam a região à margem e em condições históricas-políticas-econômicas-culturais que a distanciam do poder central nacional, ressaltando desigualdades e assimetrias. Por isso, superar a condição de periferia para a produção de conhecimento passa, necessariamente, pela superação de pré-concepções segregadoras que criam periferias do conhecimento. Embora haja setores em que tem havido alterações do quadro nas últimas décadas, reforça-se a condição de a Amazônia ser lugar de “aplicação do conhecimento” (MELLO, 2007, p. 45). Por esta percepção a Amazônia é vista, tanto externa como internamente, como uma *periferia da periferia*. Nesta expressão de Mello (2007, p. 42), o Brasil é a primeira periferia, aplicador do conhecimento europeu e norte-americano, e a Amazônia é periférica com relação às regiões Sul e Sudeste do país. Por ser periferia a Amazônia não estaria legitimada a produzir conhecimentos, e não se legitima por ser periferia.

No entanto há uma trajetória da Ciência na Amazônia que precisa ser abordada a fim de clarificar as condições sob as quais é realizado o trabalho científico na região. A Ciência que se faz na Amazônia no século XXI pode ser pensada a partir de dois momentos distintos que têm na década de 1940 um divisor, embora não sejam profundas as alterações nas formas de produção do conhecimento científico entre as décadas anteriores e posteriores a este momento. É possível considerar que ao longo do século XX as pesquisas

levadas a cabo na Amazônia procuravam principalmente alcançar legitimação no campo científico, e por isso se apoiavam nos modelos universalmente aceitos. É assim que se pode apontar duas características principais da Ciência na Amazônia neste período: a predominância das Ciências Físicas e Naturais e a condição periférica da região no campo científico.

No período anterior à década de 1940 o trabalho científico na Amazônia se concentrava em algumas poucas instituições e voltava-se principalmente para a Saúde Coletiva ou para o registro e classificação de espécies. Neste último caso o destaque é para o Museu Paraense Emílio Goeldi, enquanto a Universidade Livre de Manaus voltava-se – especialmente em função de condições sanitárias em Manaus e no interior do Amazonas – para o controle de doenças como a malária e a febre amarela. As pessoas empenhadas no fazer científico na região, nas últimas décadas do século XIX e no princípio do século XX, eram atraídas pelos investimentos em modernização dos dois principais centros urbanos da Amazônia⁶ – Belém e Manaus – e pela possibilidade de passar por instituições como a Universidade Livre de Manaus e o Museu Paraense Emílio Goeldi, o que tinha “[...] mais um sentido de prestígio que de produção de conhecimento visando a sua aplicação ao desenvolvimento local [...]” (ARAGÓN, 2001, p. 293). Contraditoriamente isso levou ao distanciamento entre as abordagens locais e aquelas realizadas na Europa, ainda que de lá viessem os modelos científicos acionados na Amazônia: “Enquanto a pesquisa dominante na Europa centrava-se em Bacteriologia, Embriologia e Neurologia;

⁶Os melhoramentos urbanos destas duas cidades deveram-se aos ganhos proporcionados pela exportação da borracha explorada em toda a região Norte entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX. Com estes recursos financeiros foi possível também financiar ações de educação e saneamento em Belém e Manaus e, em menor escala, em outras cidades.

as instituições amazônicas centravam-se na Taxonomia (seguindo o sistema de Lineaus) e o estudo da evolução das espécies, seguindo o impacto do livro de Darwin *A origem das espécies*, publicado em 1859” (Idem, p. 293).

O período entre as décadas de 1910 e 1940, que corresponde à derrocada da exportação da borracha amazônica e ao conseqüente declínio econômico da região, é também o primeiro momento em que se reduz a produção científica. Exemplar desta situação é o fechamento quase total da Universidade Livre de Manaus⁷ em 1926. Na década de 1940 acontecem as primeiras tentativas de formação e fixação de pesquisadores na região. Mas, como estas iniciativas estavam atreladas aos esforços dos Acordos de Washington⁸ acabaram por não “[...] gerar resultados científicos mais amplos, capazes de sustentar as iniciativas e o desenvolvimento da região após o fim do conflito” (Idem, p. 295).

Outro fator que acabou por limitar o desenvolvimento científico na Amazônia foi a ideia de que não haveriam nem condições e nem a necessidade de tais esforços, bastando a aplicação modelos elaborados em outros lugares, uma situação que com diferentes roupagens seria mantida ao longo de todo o

⁷A Universidade Livre de Manaus foi fundada em 1909 e posteriormente dá origem à Universidade do Amazonas, mais tarde Universidade Federal do Amazonas, UFAM, o que para alguns autores torna esta a mais antiga universidade brasileira. Com a derrocada da exportação da borracha amazônica a universidade, que em 1910 chegou a ter os cursos de Ciências, Letras, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais, Farmácia, Odontologia, Obstetrícia, Engenharia Civil, Topografia e Agronomia, entra em colapso e fecha em 1926. A Faculdade de Direito sobrevive de maneira independente e na década de 1960 passa a fazer parte da Universidade do Amazonas (ARAGÓN, 2001, p. 292).

⁸Os Acordos de Washington foram firmados entre os governos brasileiro e norte-americano em 1942 quando da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Foram realizados empréstimos ao governo brasileiro e cooperação para a instalação de indústrias de base no país, como siderúrgicas e mineradoras. Em contrapartida o Brasil forneceria matérias-primas para a indústria de guerra norte-americana e permitiria a instalação de bases militares em seu território.

século XX e ainda não está totalmente superada. Exemplos desta situação são as iniciativas realizadas nas primeiras décadas do século passado para combater a malária e a febre amarela na Amazônia. A partir de 1897 médicos locais nomeados pelo governo do Amazonas organizaram comissões e serviços de profilaxia a fim de debelar ambas as doenças em Manaus. Sem indicações prévias para o combate destas morbidades – relativamente desconhecidas pela medicina da época, inclusive sendo questionada a disseminação por mosquitos – os médicos e as equipes responsáveis precisaram acumular conhecimentos a fim de conseguir reduzir o número de casos (SCHWEICKARDT, 2009). Com recursos humanos e financeiros limitados, e com dificuldades em efetivar os planos de contenção das doenças, poucos foram os resultados alcançados pelos médicos amazonenses.

Em junho de 1913, a Comissão Federal de Profilaxia da Febre Amarela chefiada pelo médico Theóphilo Torres – que havia participado dos trabalhos de profilaxia realizados no Rio de Janeiro e os tinha como parâmetro para atuar em Manaus – passa por intervenção de uma comissão federal organizada para o mesmo fim, o que acaba por desestimular a produção de conhecimento locais para este fim, e tem consequências em outros campos. O trabalho realizado pela comissão do Amazonas pouco se diferenciava dos métodos da Comissão Federal chefiada por Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro e que tinha o mesmo fim. Ainda assim médicos chefiados por Oswaldo Cruz foram contratados para sanear Manaus: “A Comissão Federal teve o seu trabalho facilitado porque contratou trabalhadores que já estavam treinados neste tipo de atividade, pois o trabalho realizado não seria qualitativamente diferente do que já estava sendo desenvolvido pelos profissionais de Manaus” (SCHWEICKARDT, 2009, p. 224). Mesmo com o reconhecimento do trabalho realizado pelos médicos

amazonenses foram os sanitaristas contratados do Rio de Janeiro que puderam anunciar, depois de alguns meses de trabalho, que o vale amazônico estava livre da febre amarela e da malária. Isso acabou por reforçar as ideias de que modelos exógenos de Ciência poderiam ser transpostos para a região, ao mesmo tempo em que, por essa mesma visão, tornava-se manifesta a impossibilidade de se produzir na Amazônia conhecimentos que oferecessem resultados efetivos à região.

Mesmo que não tenha havido embates abertos entre os médicos da comissão chefiada por Carlos Chagas e os médicos amazonenses, estes não deixaram de se posicionar contra algumas das medidas daquela, e especialmente questionar a abordagem que tinha do homem amazônida. As ações da comissão contratada no Rio de Janeiro levavam em consideração ideias sobre a indolência e preguiça do caboclo amazônida, às quais os médicos locais se opunham. O argumento destes era de que o caboclo havia vencido as adversidades do clima e da floresta e por isso “[...] seria um tipo ‘forte’ ao estilo do sertanejo, descrito por Euclides da Cunha, em ‘Os Sertões’” (SCHWEICKARDT, 2009, p. 271). Neste ponto se configura uma oposição que vai além das discussões acerca do saneamento na Amazônia e alcança ações políticas que procuram incorporar os sertões ao projeto de nação brasileira. O sanitário regional, muito em função do perfil dos médicos envolvidos, era partícipe deste movimento de integração em que o atendimento “[...] ao caboclo, ao seringueiro, aos indígenas fazia parte de uma missão patriótica de mudar de recuperar o ser humano debilitado pelo parasito da malária e pelos vermes” (Idem, p. 363).

Se as ações voltadas para a saúde são exemplares do cenário para a prática científica na Região Amazônica há um século, e a derrocada da

exportação da borracha é uma explicação para a limitada presença e atuação de instituições científicas e de ensino, uma mudança no panorama somente vai acontecer a partir da década de 1950. Fundamental para a retomada da discussão sobre a necessidade da pesquisa científica na Amazônia foi a implantação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Inpa, resultado de um processo em que primeiro se pensou na criação de um centro internacional, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica-IIHA, mas que acabou se efetivando como uma instituição brasileira.

A instalação do IIHA foi proposta na esteira da mudança de cenário para a Ciência no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial e apresentada no âmbito da recém-criada Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Unesco. O IIHA seria um organismo internacional voltado exclusivamente para pesquisas na Amazônia, projeto que teve o apoio de brasileiros, mesmo que tenha havido resistências no Congresso Nacional, principalmente em função de temores relacionados à soberania nacional na região (MAIO, 2001). O projeto do IIHA foi apresentado numa conjuntura em que as iniciativas de descentralização do fazer científico passavam a ser aceitas e incentivadas.

Os processos de recepção e de apropriação do projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, que trouxeram como uma de suas consequências a fundação do Inpa, não se confundem com uma visão paroquial, ditada por um nacionalismo exaltado. Os cenários amazônicos vislumbrados e seus desdobramentos práticos indicaram uma interação forte entre Estado e comunidade científica, interação esta que estava atualizada com o debate internacional sobre a Ciência no pós-Guerra. Havia desafios específicos, envoltos por problemas geopolíticos, embates da Guerra Fria e discussões acerca de um projeto nacional. (MAIO, 2001, p. 75)

Com a implantação do Inpa, em 1954, um dos objetivos era centralizar toda a pesquisa realizada na Amazônia. Com isso o Museu Paraense Emílio Goeldi, instituição mais antiga, mas com dificuldades estruturais, financeiras e de recursos humanos havia décadas, passou a ser um departamento do Inpa. Esta situação, que se manteve até 1983, deixava claro que a trajetória do Inpa na segunda metade do século XX se confunde com a trajetória da pesquisa científica na Amazônia neste período (INPA, 2014; MUSEU GOELDI, 2014). Aqui é preciso destacar que as universidades, com exceção da Universidade Federal do Pará e da Universidade Federal do Amazonas, somente começaram a ser instaladas na região a partir da década de 1970, e com carências de recursos humanos e estruturais para pesquisas.

Desde o princípio de sua atuação o Inpa procurou conjugar o discurso de apoio ao desenvolvimento regional, e por isso a necessidade de abordar as peculiaridades e as demandas da Amazônia, e as particularidades e o discurso universalizante do fazer científico. "Isto dá origem a uma estrutura de produção de conhecimentos que tem forte tendência de desgarrar-se da realidade constantemente reconstruída pela movimentação dos diversos atores sociais existentes no contexto regional" (WEIGEL, 2001, p. 270). Tal situação se dá pelo descompasso entre a urgência por conhecimento demandada pelo contexto sócio-econômico regional e o tempo necessário para a produção de conhecimento próprio do fazer científico. Na avaliação de Weigel, esta é uma situação que leva ao estabelecimento de uma "complexa e contraditória dicotomia" tanto no trabalho desenvolvido pelo Inpa, como de resto em todo e qualquer projeto de produção de conhecimentos sobre a Amazônia (Idem, p. 270).

As pressões pela produção de conhecimentos que pudessem ser aplicados na região vinham especialmente do âmbito do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, PVEA, principal fonte de recursos para o Inpa no princípio de sua atuação. Mesmo após a substituição do PVEA pela Sudam tal situação se manteve, e “[...] formou-se, rapidamente na região, um hiato entre ciência e desenvolvimento [...]” (Idem, p. 274). Uma das tentativas de otimizar o trabalho científico foi o que pode ser considerada uma divisão de trabalho. Enquanto o Inpa e o Museu Goeldi tratariam de “[...] realizar o inventário da biodiversidade e de elucidar o funcionamento dos diversos ecossistemas da região, com vistas à geração de estratégias e alternativas de desenvolvimento futuro ecologicamente correto [...]”, às universidades que passaram a ser criadas a partir de 1972, somando-se às já existentes, era delegada a função de “[...] formar recursos humanos qualificados para atender às necessidades do processo de desenvolvimento [...]”, enquanto a rede da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, Embrapa, deveria “[...] dar suporte técnico ao desenvolvimento de uma agropecuária de grande escala na região” (Idem, 274). Nesta divisão fica clara a incumbência mais pragmática da Embrapa, o foco do Inpa e do Museu Goeldi nas Ciências Físicas e Naturais, enquanto às universidades caberia realizar pesquisas nestas mesmas áreas além de concentrarem-se nas Ciências Sociais.

Ao longo da década de 1990 o Inpa, já consolidado como centro de excelência em pesquisa sobre a Amazônia, procura alcançar maior sintonia com o contexto regional e demandas locais. Nova reorganização é realizada com a finalidade de tornar a instituição capaz de dar respostas mais próximas das necessidades regionais. Os distanciamentos deviam-se principalmente à necessidade de adequação às políticas nacionais de ciência e tecnologia, que

tinham como principal finalidade realizar no Brasil pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico dentro dos padrões internacionalmente aceitos. Outro fator é o modelo de Ciência universalmente aceito, que compartimenta os campos dos saberes, o que internamente se refletia na ausência de diálogos entre os departamentos do Inpa. Tratava-se então de uma situação contraditória, já que por um lado o instituto conseguia produzir resultados relevantes e reconhecidos pela comunidade científica, mas por outro tinha dificuldades para conjugar os conhecimentos produzidos e de tornar possível o diálogo interno.

Na primeira metade da década de 2000, entre outras mudanças, é implantado no Inpa o Núcleo de Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, NPCHS. Marcus Barros, diretor do Inpa em 2002 e 2003, apontava neste período a necessidade de mudança de foco do instituto, que deveria agregar às suas preocupações as populações da Amazônia, e não manter a atenção voltada exclusivamente para os recursos naturais e às condições físicas da região: “A Amazônia é muito grande e nós precisamos ter mais ciências políticas, ciências sociais, antropologia, sociologia, etnobotânica. Precisamos nos relacionar com o homem porque nessa missão, o homem deve ser a preocupação mais importante” (BARROS, 2002, s/p)

A trajetória do Inpa certamente não resume o que é a pesquisa científica na Amazônia dos anos 1950 até as duas primeiras décadas do século XXI, mas é ilustrativa dos caminhos percorridos. As alterações políticas no período do Pós-Guerra se fizeram sentir na região, que passa a ser alvo de ações de ocupação pelo Estado brasileiro, uma reação a propostas de abertura da Amazônia à comunidade internacional. Se esta conjuntura aumentou investimentos a parcela de recursos destinada à Ciência não é condizente com o desafio que é

produzir conhecimentos sobre e na região. A sempre presente escassez de recursos humanos para a pesquisa, as incompatibilidades entre as demandas regionais e os modelos consagrados pela Ciência são alguns dos fatores que tornam ainda mais complexa a produção de conhecimentos na Amazônia. No século XXI fica claro que os desafios são outros daqueles enfrentados há 100 anos, pois “[...] sabe-se hoje produzir conhecimentos *sobre e na* Amazônia, mas, produção *para* a região exige mais que reestruturações, exige uma mudança de postura e de perspectivas” (WEIGEL, 2001, p. 283).

Os modos de viver a crise na periferia amazônica

Nossa percepção é de que, para superar esta condição de periferia da periferia da produção científica na Amazônia, parecem ser profícuas as pistas deixadas por Martín-Barbero (2004), mas que somente com uma reengulação no modo de abordar a região poderá de fato ser produtiva. Se as condições históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais foram determinantes para as desigualdades e assimetrias da região, no limite acabaram por impor à região o desafio da superação da sua condição, advinda do processo histórico, de ser um local de “aplicação do conhecimento” (MELLO, 2007, p. 45).

A reengulação que se impõe ao observador é ao mesmo tempo a necessidade de considerar o espaço amazônico e as ideias que há sobre a região. E o ponto de entrada neste complexo é a própria noção de região que, ao mesmo tempo em que define, tende a confundir: trata-se da região como parte, território, divisão ou espaço ocupado? (HAESBAERT, 2010). No caso da Amazônia brasileira, que se confunde com a divisão política que a coloca como a Região Norte, a definição é antes de tudo ligada à ideia de floresta, à Floresta Amazônica. Tal concepção faz com que haja uma ideia predominante sobre o

espaço amazônico – dominado por florestas, pelos rios e pelo clima – e a sociedade que o habita – submetida às determinações naturais. Trata-se de uma visão contemporânea da Amazônia, que por sua vez é devedora das primeiras narrativas de exploradores, e daquelas que se seguiram ao longo dos últimos cinco séculos.

Para abordar a Amazônia a partir de uma visão complexa, que considere o espaço e a natureza, as fronteiras naturais e simbólicas, as sociedades amazônicas, além de um imaginário sobre a região, tanto interno como externo a ela, o conceito da Região *Arte-Fato*, proposto por Haesbaert (2010), surge como possibilidade. A Região *Arte-Fato* permite romper com as dualidades realistas e idealistas sobre como conceber uma região. A ideia de uma região *Arte-Fato* “[...] permite indicar que o regional é abordado ao mesmo tempo como criação, autofazer-se (‘arte’) e como construção já produzida e articulada (‘fato’)” (HAESBAERT, 2010, p. 110).

A dualidade de que fala Haesbaert surge na não-convergência, ou simples oposição, entre a ideia de um construto de região de natureza ideal-simbólica, e outro material-funcional. O primeiro se apresenta no sentido de construir teoricamente a representação do espaço ou a identidade a partir do espaço vivido. O segundo considera as práticas econômico-políticas com que as parcelas de uma sociedade constroem de maneira desigual e/ou diferente seu próprio espaço. Ao propor a abordagem da região como *Arte-Fato*, Haesbaert (2010) não concebe esta divisão e faz a convergência entre as duas ideias.

A abordagem da região como *Arte-Fato* permite superar a abordagem da Amazônia apenas como espaço natural, ou então somente como espaço simbólico. A Região *Arte-Fato* não nega um ou outro, mas faz com que possam

ser tomados juntos. Não se reduz a relevância do ambiente na composição da região, pois não nega a relevância da ação humana (HAESBAERT, 2010, p. 193).

Natureza e sociedade sempre estiveram imbricadas nas interpretações e nas ações sobre a Amazônia. Gondim (2007) mostra que narrativas míticas exógenas à região passaram por releituras, e realocações, para tornar possível uma explicação da enormidade de águas, espécies vegetais e animais encontrada por exploradores europeus. Mitos indianos, imaginários europeus e visões do paraíso bíblico se misturaram nos relatos de viajantes, para depois povoarem as narrativas de cronistas e romancistas, numa crescente que fez, a partir da natureza, construir as imagens do que é a região amazônica para o Velho Mundo, e que ainda hoje tem influência sobre como é abordada.

Entre as imagens do que é a Amazônia é de fundamental importância sua construção, no limiar da constituição do Brasil nação, como região do Estado nascente. O histórico de sua constituição como organismo burocrático apartado da colônia brasileira, a adesão tardia da Amazônia à independência do Brasil⁹, os conflitos internos e contra o poder nacional, dos quais a Cabanagem é o principal – ou a reunião da maior parte deles –, são clara amostra da Amazônia em condições de autodeterminação (SILVA, 2004). No entanto, no processo de constituição do Estado brasileiro passa a ser tomada como periferia com relação a um centro localizado no sul do território nacional.

⁹A adesão da Amazônia à Independência do Brasil se dá apenas em 1824. Até então o Vice-Reino do Grão-Pará e do Rio Negro tinha para si o mesmo status que possuía o Brasil perante a metrópole. Na sequência da adesão, com o poder central brasileiro instalado no Rio de Janeiro, o norte do Império do Brasil passa a ser uma região do estado nascente. Silva (2004) aponta que este é o princípio da constituição da Amazônia Brasileira, que se soma a outras duas, a Amazônia Indígena, já constituída antes da chegada do conquistador europeu, e a Amazônia Portuguesa, aquela que liga a região à Europa e aos costumes ibéricos.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2019v5n2p153>

A construção da Amazônia brasileira, após a Revolução Cabana, resgata do espírito colonial a feição de região bárbara e inóspita, a condição de fronteira da Nação soberana, a situação de atraso econômico e cultural, fundamentando, neste parâmetro, as diretrizes para a ocupação, para a civilização, para a conformação da região à unidade dita nacional. (SILVA, 2004, p. 274-275)

Assim convivem no espaço apresentado sob uma pretensa homogeneidade as mais diferentes temporalidades, as diversidades de práticas sociais cotidianas e mesmo espacialidades distintas. Há a Amazônia holística que quando vê “[...] a caça e a água fugindo [...] vê fugirem os espíritos”, e “Há a Amazônia da natureza dessacralizada, pobre de espíritos” (GONÇALVES, 2005, p. 9-10). E entre estas duas regiões há uma infinidade de matizes necessárias de serem consideradas e pensadas.

E, ao contrário do que fazem crer as imagens estereotipadas sobre a Amazônia contemporânea, a região é ocupada por uma população essencialmente urbana. Uma população que, quantitativamente, se sobrepõe às populações mais tradicionais, aquelas da Amazônia rural, das pequenas comunidades isoladas, do homem ribeirinho e do ex-seringueiro, que tem no regime das águas sua principal, se não única, marcação de tempo. Mas sobrepor-se quantitativamente não é o mesmo que fazer desaparecer, tanto que nas abordagens mais simplista é esta que predomina sobre aquela.

Steinbrenner (2007) argumenta que o estereótipo imposto à região faz com que a população da Amazônia, principalmente sua parcela urbana, se invisibilize até para si mesma. Diante dos discursos históricos que tomam o ambiente como a principal característica da Amazônia, a população urbana corrobora a ideia de sua quase ausência no cenário verde que lhes é apresentado como a síntese adequada do lugar onde vivem. Das 15,8 milhões

de pessoas vivendo nos sete estados da região Norte do Brasil¹⁰, 73,5% vivem em zonas urbanas, com algumas cidades superando um milhão de habitantes (CONTAGEM, s/d). Este dado é, em si, uma inversão da percepção corrente do que é a Amazônia.

É neste contexto que ganham relevância as pistas deixadas por Martín-Barbero (2004), para quem o trabalho acadêmico para a produção de conhecimento que circulam na América Latina, pode ser lido a partir de três modelos: *dependência*, *apropriação* e *invenção*. Da mesma maneira como estes modelos são pensados para indicar um processo de superação para o continente latino-americano, pensamos ser possível utilizá-lo para abordar a condição de periferia a que está lançada a Amazônia.

A *dependência* se dá tanto na negação da necessidade de produção de conhecimento, como na aceitação passiva de concepções da moda. Neste modelo há a pressuposição, em larga medida enganosa, de igualdade entre todas as proposições intelectuais. E se todas são iguais têm a mesma importância e direitos, tornando-se assim inócuo produzir outras além daquelas já testadas (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 239). O outro modelo, a *apropriação*, é o que, de acordo com Martín-Barbero (2004, p. 240), tem sido o mais presente na América Latina ainda na segunda década do século XXI. Trata-se de usos e adaptações de posições externas ao continente para dar conta das especificidades, processos e situações. Se por um lado há ganhos ao deixar de realizar a simples aplicação de modelos exógenos, por outro há o sempre presente risco de realizar “[...] leituras desviadas, e as vezes até ‘aberrantes’, às quais as submetemos para lutar contra a fetichização dos textos e autores”

¹⁰De acordo com a estimativa populacional divulgada pelo IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2016, a população da região passou a ser de 17,6 milhões de habitantes.

(Idem, p. 241). O terceiro modelo, que se aproxima da superação da dependência na produção científica, é a *invenção*. Não necessariamente se refere a elaborações inéditas, mas neste ponto a abordagem das especificidades do continente é direta, com esforços para cunhar categorias capazes de pensar as realidades nele presentes (Idem, p. 241).

Nossa inferência é de que na Amazônia a produção de conhecimentos encontra-se no nível da *apropriação*, com os usos e adaptações em diferentes níveis de comprometimento com a adequação à região, e pode revelar uma preocupação em dar conta das especificidades locais. Neste modelo ainda são apontadas por Martín-Barbero três chaves para a apropriação: a abertura para modelos e questões não previstas inicialmente; a tomada de ferramentas conceituais como princípios; e a superação de purismos incapacitantes, que por pressuporem contaminação por concepções falsas impedem o uso de instrumentos e procedimentos.

Seja em qual for a chave em que se possa ler o contexto da pesquisa nas Ciências Sociais na Amazônia, a percepção é de que os arcabouços teórico-metodológicos apropriados são externos à região, e são adaptados para dar conta dos temas locais. Neste percurso são mantidos os pressupostos teóricos discutidos tendo como parâmetros outras realidades empíricas, o que pode significar – ainda que o esforço seja em contrário – um nível de adequação dos temas às teorias e aos métodos apropriados.

O que se percebe é a necessidade de ascender ao nível da *invenção*, ou ao menos à *apropriação* crítica e comprometida com as demandas regionais, para dar conta das particularidades e temas locais. No entanto, é necessário ter a clareza que inventar não significar renegar as apropriações realizadas, mas antes ter claro que se trata de um processo, no qual inclusive as experiências de

dependência na pesquisa devem ser consideradas. É preciso então se apropriar para criar, num movimento que necessariamente prevê o domínio das proposições externas para então assumir a inventividade.

Para a invenção é fundamental a noção de processo. A importância de se lançar deste pressuposto se constitui a partir da necessidade da apreensão das trajetórias que, mesmo não estando diretamente ligadas, permeiam toda a experiência da pesquisa na Amazônia, desde os primeiros olhares críticos lançados deste campo para a região. Nas lições apreendidas ao longo do processo é que acreditamos estarem as chaves para as proposições criativas que apresentem soluções criativas para a produção de conhecimento na região.

Referências

ARAGÓN, L. Ciência, educação superior e desenvolvimento na Amazônia. In: FAULHABER, P.; TOLEDO, P. M. (orgs.). **Conhecimento e fronteira**: história da ciência na Amazônia. Belém-PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

CONTAGEM populacional 2011. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=amr>>. Acesso em 01/03/2012.

FEYERABEND, P. **A Ciência em uma sociedade livre**. Trad. Vera Joscelyne. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. 2ª ed. Manaus: Valer, 2007.

HAESBAERT, R. **Regional-Global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

INPA, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Brasil). Histórico. Manaus-AM, 2014a. Disponível em: < <https://www.inpa.gov.br/sobre/historico2.php>>. Acesso em: 16/06/2014.

MAIO, M. A tradução local de um projeto internacional: a Unesco, o CNPq e a criação do instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (1946-1952). In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann (orgs.). **Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia**. Belém-PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

MARTIN-BARBERO, J. **Ofício de cartógrafo: Travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. Trad.: Fidelina González. São Paulo: Loyola, 2004.

MELLO, A. F. **Para construir uma universidade na Amazônia: realidade e utopia**. Belém: Editora Universitária-UFPA, 2007.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Trad. Eliane Lisboa. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MUSEU GOELDI, Museu Paraense Emílio Goeldi. Linha do tempo. Belém-PA, 2014. Disponível em: <http://www.museu-goeldi.br/portal/sites/default/files/linhatempo/lt_fs.htm>. Acesso em: 16/06/2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W.. **Amazônia, Amazônias**. 2ª ed. São Paulo: contexto, 2005.

SCHWEICKARDT, J. C.. **Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas (1890-1930)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro-RJ: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

SILVA, M. C. **O paiz do Amazonas**. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/UniNorte, 2004.

SNOW, C. P. **As Duas Culturas e um Segundo Olhar**, (trad.: Renato Rezende Neto) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

SOUZA SANTOS, B. **Um discurso sobre as ciências**. 7ª Ed. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

STEINBRENNER, R.A. Centralidade ambiental X invisibilidade urbana. **Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Belém, 2007.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 5, n. 2, Abr-Jun. 2019

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2019v5n2p153>

WALLERSTEIN, I., et alli. **Para abrir as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1996.

WEIGEL, P. O papel da Ciência do Inpa no desenvolvimento da Amazônia. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann (orgs.). **Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia**. Belém-PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.